



Caiado não revela o plano de reforma agrária da UDR

UDR vai ao Mirad mas não mostra seu plano ao ministro

A União Democrática Ruralista (UDR) preparou, em documento sucinto, um plano no qual a entidade expõe a melhor maneira de ser viabilizada a reforma agrária. Este plano deveria ser entregue no final da tarde de ontem ao ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), Marcos Freire, que entretanto cancelou o encontro com o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, por ter ido ao enterro do poeta Carlos Drummond de Andrade no Rio de Janeiro.

Segundo Caiado, o ministério marcou uma nova audiência para 1º de setembro. Se as agendas de ambos permitirem, o encontro poderá ocorrer antes dessa data. O presidente da UDR não quis antecipar nenhum ponto do plano sugerindo a reforma agrária ideal. Ele disse apenas que a classe de produtores rurais não aceita a imissão imediata da posse da terra. O plano foi elaborado e discutido por 151 diretores das regionais da UDR, que se reuniram por dois dias no Garvey Hotel.

Sessão sobre distrital gera debate ideológico

Na discussão do sistema eleitoral, na sessão extraordinária de ontem à noite da Assembleia Nacional Constituinte, mais uma vez as posições ficaram divididas entre a esquerda e a direita. Para a esquerda, o voto distrital, mesmo misto, como querem os conservadores, significa a extinção dos pequenos partidos. Já a direita

Caiado confirmou também que a entidade "está jogando duro", no lobby junto aos constituintes para fazer valer sua proposta de reforma agrária. "Estamos fazendo marcação corpo a corpo, homem a homem" — admite Caiado. Os constituintes estão, de fato, sendo visitados em seus gabinetes no Congresso Nacional, pelos diretores regionais da entidade de seus respectivos estados.

Caiado, como de costume, fez duras críticas ao Governo, afirmando que ele não está interessado em promover a reforma agrária, mas sim desestabilizar o setor produtivo primário. "O Governo pensa que promover reforma agrária significa apenas desapropriar terras, mas ele tem é que assentar famílias com as mínimas condições". De acordo com Caiado, os assentamentos feitos até agora pelo Incra, são na realidade, "favelamentos rurais", como os da fazenda Annoni (RS) e Pontal do Paranapanema (SP).

a adoção do bipartidarismo. Será a extinção dos pequenos partidos".

Poder econômico

Israel Pinheiro Filho, deputado pelo PMDB de Minas Gerais, pediu um aparte para dizer que, ao contrário do que o orador apreçoava, o voto distrital vai privilegiar os pequenos partidos, as minorias.

Aeronáutica pede apuração de denúncia

O ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima pediu ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que apure a denúncia de que o coronel Pedro Jusino Cordeiro, assessor parlamentar do ministério teria falsificado o projeto de conceder anistia aos militares cassados por atos administrativos, no gabinete do senador José Agripino (PFL-RN) na última quarta-feira à noite, divulgada pelo jornal *Tribuna da Imprensa*. Em ofício encaminhado à Mesa da Constituinte, o ministro pede que seja instaurado "procedimento administrativo competente".

Depois de ler o documento no plenário da Constituinte, o presidente em exercício, deputado Jorge Arbage (PDS-PA) comunicou que a Mesa designará um relator para investigar a denúncia. A notícia divulgada na última sexta-feira diz que "o assessor parlamentar do ministro da Aeronáutica, coronel, Pedro Josino Cordeiro, foi flagrado, quarta-feira à noite, por volta das 20h00 no gabinete do senador José Agripino modificando o teor da emenda da anistia que já havia sido aprovada pelos grupos de consenso e dos 32, liderado pelo senador José Richa".

A denúncia foi feita pelo capitão-de-corbete, Miguel Camolez, que interpelou o coronel Josias quando este suprimia da emenda o benefício da anistia para os punidos por atos administrativos, e como resposta obteve a explicação de que o coronel estava "cumprindo ordens". Segundo o denunciante, o coronel Josias estava acompanhado por mais quatro militares.

O ofício do ministro da Aeronáutica à Constituinte diz "que a natureza da acusação se reveste de profunda gravidade, pois, não apenas imputa ao oficial um ato delituoso, como induz à crença de uma ingerência indevida deste ministério nos trabalhos soberanos da Assembleia Nacional Constituinte. O ministro diz ainda que o pedido para que os fatos sejam apurados, partiram do próprio assessor parlamentar.

Emenda antimarajá

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) vai apresentar uma emenda ao substitutivo do relator Bernardo Cabral para acabar com os "marajás", através da fixação da remuneração máxima que inclui o salário e todas as vantagens.

Além disso a emenda prevê a cassação do direito adquirido daqueles que percebem hoje altos salários na administração pública.

Acordo delega poderes constitucionais ao STF

Josemar Gonçalves



Arinos participou da reunião que amplia poderes do STF

Cabral acatará 25 mil propostas de plenário

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apesar do curto espaço de tempo, pretende analisar todas as 25 mil emendas de plenário para a elaboração de seu primeiro substitutivo, que será encaminhado amanhã a todas as lideranças partidárias. As emendas de plenário, asseguradas, serão aprovadas integralmente, sendo julgadas no mérito somente na votação em plenário.

Segundo o Regimento Interno da Constituinte, o relator tem até o dia 24 de agosto para apresentar o seu parecer final sobre o projeto de Constituição e as emendas de plenário. Assim, o seu substitutivo entra no dia seguinte em discussão no plenário da Constituinte, sendo aberto um novo prazo de cinco dias para a apresentação de emendas.

Para evitar repetição de matéria, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), encaminhou ofício a todos os 559 constituintes para que apresentem somente emendas inovadoras. Arinos lem-

eleitores que a assinaram — 1.617 mil — representam motivo suficiente "para a alteração do projeto "que extingue essas entidades".

Cabral, no entanto, prefere não revelar se o mesmo procedimento será adotado nessa fase em relação a emendas populares sobre a reforma agrária, que alcançaram 1.616 mil assinaturas. O relator garante que mesmo adotando essa postura em relação à emenda popular que defende as instituições de formação de mão-de-obra especializada, não significa o "desmerecimento das emendas que obtiveram menor número de assinaturas".

Prazos

A partir de agora, os prazos da Constituinte começam a correr mais rapidamente. Depois do dia 23 de agosto, quando será apresentado definitivamente o primeiro substitutivo ao projeto, será aberto novo período de cinco dias para a apresentação de emendas. Bernardo Cabral terá apenas sete dias para apreciá-las, divulgando o seu parecer no dia sete de setembro.

A decisão de dar poderes constitucionais ao Supremo Tribunal Federal, em substituição à criação de um Tribunal Constitucional específico, foi o principal acordo da reunião de ontem entre o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), com líderes do PMDB e os relatores auxiliares. O STF, no entanto, será fiscalizado por uma comissão externa a ser regulamentada por lei ordinária.

Outra decisão importante foi a de manter as instituições de formação de mão-de-obra especializada, representadas pelo Sesi, Sesc, Senai e Senac. Assim fica revogado o artigo do projeto que prevê o desconto em folha de pagamento somente dos benefícios destinados à Previdência Social.

O deputado José Serra (PMDB-SP) explicou que, se a folha de salários de cada empresa tiver base exclusiva na seguridade social, a manutenção desses serviços prestados não seria possível. Seriam afetados também os programas da reforma agrária e de educação, que são custeados hoje pelo Finsocial e salário educação, respectivamente.

Aposentadoria

A aposentadoria foi um dos maiores impasses enfrentados pelo grupo, ontem. Serra ponderou que se for mantida a decisão do atual texto de não se pagar menos de um salário-mínimo aos aposentados rurais e urbanos, a Previdência não terá condições de arcar com as despesas. Ele estima que serão necessários cerca de Cz\$ 40 bilhões anuais para arcar com essas despesas. "De onde vamos tirar esse dinheiro?". Adiantou que a tendência do grupo é atualizar o valor das aposentadorias através do cálculo médio das pensões pagas nos últimos três anos.

Amanhã, o grupo volta a se reunir no 24º andar do edifício sede do Banco do Brasil. Pela manhã está previsto o comparecimento do ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, e do deputado Almir Gabriel (PMDB-PA), para tentar chegar ao acordo sobre a estabilidade no emprego.

